Entre 1980 e 1983, exerceu funções como técnica superior de 1.ª classe na ex-Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo;

Entre de 1976 e 1980, contrato de trabalho de direito privado, exercendo funções no âmbito do direito administrativo e direito de trabalho.

Actividade docente — entre 1974 e 1976, foi monitora da cadeira de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Outras actividades e referências — representante do Ministério do Planeamento e Administração do Território em vários grupos de trabalho.

Formação profissional:

Formadora do CEFA, do INA e da Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo em áreas relacionadas com a gestão de recursos humanos e a organização e reestruturação de serviços, tais como concursos, quadros e carreiras;

Responsável pela organização de diversas acções de formação sobre temáticas respeitantes à administração autárquica, destacando-se o seminário internacional «Modernizar e desenvolver a administração local»;

Oradora convidada em diversos colóquios e seminários e mesas redondas sobre temáticas relacionadas com a legislação aplicável na administração central e local, destacando a referente à reestruturação de quadros e carreiras.

Despacho n.º 15 273/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, as atribuições e o tipo de organização interna, bem como a dotação de lugares de direcção intermédia do 1.º grau, das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e, de acordo com a alínea *c*) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Considerando que, na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que a engenheira Maria José de Oliveira Falcão possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade e experiência profissional adequadas ao exercício das respectivas funções, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau, directora de serviços de Fiscalização, da CCDRLVT, a engenheira Maria José de Oliveira Falcão, inspectora principal da carreira de inspecção superior do quadro de pessoal da Inspecção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, nos termos dos artigos 20.º e 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 18 de Junho de 2007.

5 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira.*

Nota relativa a currículo académico e profissional

Nome — Maria José de Oliveira Falcão.

Currículo académico — licenciatura em Engenharia do Ambiente, ramo de Engenharia Sanitária.

Currículo profissional:

Desde 2004 até Junho de 2007, exerceu funções como inspectora principal no Serviço de Inspecção Ambiental da Inspecção-Geral do Ambiente e Ordenamento do Território (IGAOT), procedendo à fiscalização do cumprimento das normas legais e regulamentares em matéria de incidência ambiental e inspecção de estabelecimentos, locais ou actividades a elas sujeitos, elaboração de autos de notícia resultantes da prática de infracções às normas legais e regulamentares em matéria de incidência ambiental;

Participação como membro dos grupos de trabalho Sistemas de Informação da IGAOT e Acção Integrada na Bacia do Trancão, este último a realizar durante o ano de 2007, no âmbito dos Programas de Acção de Inspecção Específica da IGAOT;

Entre 1994 e 2004, exerceu funções na ex-Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo e na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, tendo prestado colaboração e apoio técnico (preparação, elaboração e acompanhamento de contratos-programa) em comissões de análise de propostas de obras hidráulicas e de saneamento básico com as autarquias locais e associações de municípios;

Preparação, elaboração e acompanhamento de contratos-programa de obras hidráulicas e de saneamento básico com as autarquias locais e associações de municípios;

Emissão de pareceres efectuados com base na análise e avaliação técnico-económica, de projectos de estações de tratamento de águas residuais e estações de tratamento de águas de abastecimento, com financiamento do II Quadro Comunitário de Apoio (PORLVT Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, POA — Programa Operacional do Ambiente e Fundo de Coesão), pertencentes à área de jurisdição deste organismo;

Prestação de apoio técnico às autarquias locais relativamente ao estudo, concepção e gestão, bem como da análise e avaliação técnico-económica de sistemas de saneamento básico na região de Lisboa e Vale do Tejo no âmbito do financiamento do II Quadro Comunitário de Apoio (PORLVT — Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, POA — Programa Operacional do Ambiente e Fundo de Coesão);

Entre 1991 e 1992, exerceu funções no Instituto Nacional da Água (INAG), tendo prestado colaboração no projecto «Rede de qualidade da água da Direcção-Geral dos Recursos Naturais» e Programa de Monitorização de Captações de Superfície — Ponto de Situação, no âmbito do Projecto PNUD.

Outras actividades e referências:

Representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo no projecto «Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais (INSAAR)» — 2002;

Integrou a equipa técnica que no Gabinete do Secretário de Estado dos Recursos Naturais preparou o Programa Nacional de Tratamento de Águas Residuais Urbanas em Portugal Continental — 1996, cujo desempenho foi merecedor de um louvor.

Despacho n.º 15 274/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que, de acordo com a alínea *c*) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada CCDR LVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Atendendo a que foram criadas as unidades flexíveis que integram a estrutura da CCDRLVT em conformidade com o limite fixado na alínea *c*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, com efeitos no dia 1 do mesmo mês e ano;

Considerando que, na sequência da referida reestruturação se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços, mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que o licenciado Nuno Filipe Lopes Casas Novas, especialista de informática de grau I, nível II, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Setúbal, possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade e experiência profissional adequadas ao exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para os lugares a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe de divisão de Documentação e Recursos Informáticos, da Direcção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa, da CCDRLVT, o licenciado Nuno Filipe Lopes Casas Novas, nos termos dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 14 de Junho de 2007.

5 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira.*

Nota relativa ao currículo académico e profissional do licenciado Nuno Filipe Lopes Casas Novas

Currículo académico:

Licenciatura em Informática de Gestão pela Universidade Moderna;

Frequência da parte escolar do mestrado em Gestão de Sistemas de Informação, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Currículo profissional:

Entre Abril de 2000 até Junho de 2007, exerceu funções como especialista de informática de grau I, nível II, na Câmara Municipal

de Setúbal, sendo responsável pela administração da rede municipal de dados, assessoria na área dos sistemas de informação ao chefe do Departamento de Administração Geral e Finanças (onde se insere a área de informática), responsável pelos projectos «Rede camarária em banda larga» e «Pontos municipais em banda larga», no âmbito da iniciativa «Setúbal — Península digital», orientação de diversos estágios profissionais e pedagógicos;

Em 1999, exerceu funções como analista/programador na CPCIS — Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas no âmbito da instalação e configuração de redes TCP/IP; instalação e configuração de servidores, configuração e manutenção de bases de dados Oracle; formação e apoio aos utilizadores.

Actividade docente — desde 2003 exerce funções como docente (assistente) na Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, integrado no Departamento de Sistemas de Informação, ministrando as cadeiras de Redes de Comunicação de Dados, Gestão de Redes, Gestão de Base de Dados e Informática II.

Formação profissional:

2006 — formação de formadores pela Talentus, Associação Nacional de Formadores e Técnicos de Formação;

2005 — curso networking essential cisco certified network associate, na Academia Cisco da Escola Superior de Tecnologia;

2005 — Código do Procedimento Administrativo, na Câmara Municipal de Setúbal;

2001 — gestão do tempo, na Câmara Municipal de Setúbal;

2001 — gestão de conflitos, na Câmara Municipal de Setúbal;

2001 — certificação Microsoft — Certified Professional System Engineer, na Galileu — Serviços e Tecnologia, S. A.;

2006 — como reduzir custos dos sistemas de comunicação (VoIP), no INA;

2005 — e-Government, pelo IDC.

Despacho n.º 15 275/2007

Considerando que o Decreto-Lei n.º 134/2007, de 27 de Abril, definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna das comissões de coordenação e desenvolvimento regional e que, de acordo com a alínea *c*) do n.º 3 do artigo 3.º do mesmo diploma, foi instituída, em conformidade com a respectiva área geográfica de actuação a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, doravante designada CCDRLVT;

Considerando que, através da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear dos serviços e as competências das respectivas unidades orgânicas;

Atento a que foram criadas as unidades flexíveis que integram a estrutura da CCDRLVT em conformidade com o limite fixado na alínea *c*) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 1.º da Portaria n.º 590/2007, de 10 de Maio, com efeitos a 1 do mesmo mês e ano;

Considerando que, na sequência da referida reestruturação, se revela necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas ora estruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços, mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das respectivas atribuições e competências cometidas à CCDRLVT;

Considerando que a licenciada Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira, técnica superior de gestão de 1.ª classe, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Odivelas, possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidade e experiência profissional adequadas ao exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para os lugares a prover:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia de 2.º grau — chefe de divisão, da Divisão para a Administração Local da Direcção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local da CCDRLVT, a licenciada Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira, nos termos dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a 25 de Junho de 2007.

15 de Junho de 2007. — O Presidente, *António Fonseca Ferreira.*

Nota curricular

Nome — Graça Maria Nobre Gualdino Dias Teixeira.

Currículo académico:

Bacharelato em Contabilidade e Administração, pelo IMPE;

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE);

Frequência de pós-graduação em Gestão Autárquica Avançada, na Universidade Independente.

Currículo profissional:

Desde Maio até Junho de 2007, exerceu o cargo de chefe da Divisão de Estudos e Projectos Comparticipados na Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Março de 2006 e Abril de 2007, desempenhou funções de assessoria no Gabinete do Vereador com os Pelouros do Planeamento Estratégico e Actividades Económicas e Modernização Administrativa na Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Novembro de 2005 e Março de 2006, foi responsável pela coordenação da Divisão de Planeamento na Câmara Municipal de Odivelas;

A partir de Janeiro de 2004, desempenhou funções como técnica superior de gestão de 1.ª classe do quadro da Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Fevereiro de 2002 e Outubro de 2005, exerceu funções no cargo de chefe do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, sendo responsável pela coordenação e direcção do Gabinete da Presidência, coordenação da Divisão de Planeamento e do Gabinete de Comunicação, Relações Públicas e Protocolo;

Entre Outubro de 1999 e Fevereiro de 2002, exerceu funções de assessoria da presidência na área de orçamento, plano de actividades e controlo na comissão instaladora do município de Odivelas/Câmara Municipal de Odivelas;

Entre Maio de 1987 e Agosto de 1999, exerceu funções na direcção financeira e de técnico oficial de contas na empresa F. S. Ribeiro, S. A.;

Entre Dezembro de 1982 e Junho de 1988, exerceu funções de chefe de contabilidade nos Serviços Municipalizados de Loures;

Entre Julho e Dezembro de 1981, efectuou estágio na área de Contabilidade, promovido pelo IAPMEI, na empresa Laboratórios Biofarma, L.da, com a função de elaboração de relatório de diagnóstico, ficando posteriormente a exercer as funções de adjunto do director financeiro até Dezembro de 1982.

Outras actividades e referências:

Entre Dezembro de 2005 e Abril de 2007, exerceu funções de técnica oficial de contas na Associação Intermunicipal ALO-DIGITAL;

Entre Dezembro de 2005 e Abril de 2007, exerceu funções de assessoria na área de economia na empresa ODIVELGEST — Gestão de Equipamentos, E. M.;

Entre Maio de 2002 e Junho de 2004, foi vogal do conselho de administração da ODIVELGEST — Empresa de Equipamentos Municipais, E. M.;

Entre Novembro de 2000 e Abril de 2002, foi membro do conselho fiscal da Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno, assumindo a direcção financeira da Federação em Abril de 2001;

Entre 1983 e 1984, exerceu funções de direcção do Clube de Cultura e Desporto do Pessoal da Câmara Municipal de Loures;

Formação profissional diversificada.

Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais

Aviso n.º 12 638/2007

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por meu despacho de 27 de Fevereiro de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso geral para preenchimento de dois lugares na categoria de especialista de informática do grau 2, nível 1, da carreira de especialista de informática do quadro do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais.

2 — Prazo de validade — o presente concurso é válido apenas para o preenchimento dos lugares em referência.

3 — Conteúdo funcional — aos lugares a preencher corresponde, em termos genéricos, o exercício das funções da carreira de especialista de informática constantes das alíneas *a*), *b*) e *c*) do n.º 1 do artigo 2.º da Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril.

4 — Requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso:

4.1 — Requisitos gerais — podem ser admitidos ao concurso os candidatos que satisfaçam até ao termo do prazo para apresentação das candidaturas os requisitos gerais de admissão a concurso e provimento de funções públicas previstos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4.2 — Requisitos especiais — serão condições preferenciais o conhecimento e a experiência de trabalho nas seguintes áreas:

Bases de dados Oracle, Adabas e MySql;

Ferramentas Oracle;

Programação em PHP, HTML, PL-SQL, Javascrip e Natural e XML;

Sistemas de informação geográfica e *software* específicos;

Sistema de informação contabilística e de recursos humanos da AP.